

# CARTA DO MINISTRO DA JUSTIÇA EPITÁCIO PESSOA AO CATEDRÁTICO CLÓVIS BEVILÁQUA<sup>1</sup>

---

*LETTER FROM THE MINISTER OF JUSTICE EPITÁCIO  
PESSOA TO PROFESSOR CLÓVIS BEVILÁQUA*

TRANSCRIÇÃO POR:

**GUILHERME MORAIS RÉGIS DE LUCENA**

Graduando em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Pesquisador do Laboratório Internacional de Investigação em Transjuridicidade (LABIRINT). Coordenador do Grupo de Estudos “Armorial: Direito e Literatura” da UFPB. [guilhermemoraisrdl@gmail.com](mailto:guilhermemoraisrdl@gmail.com)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E  
NEGÓCIOS INTERIORES

Gabinete, em 25 de janeiro de 1899

RESERVADO

Meu ilustre Colega Dr. Clóvis Beviláqua

Todos estão de acordo em lamentar que o Brasil não tenha o seu Código Civil e esteja ainda hoje regendo-se pelas Ordenações do Reino e por um número infinito de atos esparsos, emaranhados, incongruentes e contraditórios. Apesar, porém, de ser esta a opinião de todos, governos e particulares, o que é certo é que as tentativas feitas até aqui no intuito de codificar a nossa legislação têm abortado. Entretanto, já possuímos elementos bem valiosos e não nos faltam competentes que se incumbam da tarefa, de sorte que um pouco de decisão e boa vontade da parte do Governo talvez fosse hoje bastante para levar a cabo a grandiosa empresa.

- 
1. Para sua publicação na seção de Memória do Direito Civil da *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, respeitou-se a estrutura original do texto, com adequações mínimas de grafia à norma culta atual.

Lembrei-me de volver as vistas para este assunto na esperança de prestar um bom serviço ao meu país apresentando ao Congresso Nacional um projeto de Código Civil que possa ser posto logo em execução, ainda que por certo prazo, depois do qual se lhe farão os retoques que a experiência adquirida durante aquele tempo porventura aconselhar.

Parece-me que até agora o que temos de mais completo e talvez mesmo de mais perfeito é o projeto Coelho Rodrigues: poder-se-ia tomar esse projeto como base ou ponto de partida para o trabalho, estudá-lo à luz das críticas que lhe foram feitas, já pela comissão especial que o examinou já pelo Dr. Gonçalves Chaves, no Senado, confrontá-lo com o que escreveram Nabuco, Teixeira de Freitas, Felício dos Santos, etc., e fazer-lhe as alterações ou acréscimos que indicar o estudo daqueles elementos e a competência pessoal do encarregado da obra.

Como vê, material não nos falta; o que nos falta é um juriconsulto que se decida a prestar esse serviço ao País e ao Governo.

Por mais dum motivo lembrei-me do meu distinto colega. Quer pôr a sua competência e patriotismo ao serviço dessa nobre causa? Quer ligar o seu nome a essa obra gloriosa?

Se aceitar, como espero, o convite que ora lhe faço, melhor será que se resolva a vir para esta Capital, onde os elementos de todo gênero são muito mais copiosos e onde mais rápida e eficazmente lhe poderei prestar os auxílios que estiverem na minha alçada.

O Governo lhe manterá os vencimentos integrais de sua cadeira e lhe abonará, até a terminação da obra, uma gratificação mensal que não corresponderá decerto à importância do serviço, atenta a falta de recursos do Tesouro, mas que em todo caso o porá aqui a coberto de quaisquer embaraços. – Sobre este ponto, como sobre qualquer outras condições, poderá dizer-me francamente e em carta confidencial a sua opinião.

Peço-lhe que me responda com brevidade; e creia-me

Seu am<sup>o</sup>. coll<sup>a</sup>. admor.

Epitácio Pessoa